

GENERAL NORTON DE MATOS (1867-1955)
Aspectos maiores de um perfil histórico-biográfico –
o militar, o colonialista e o democrata

Armando B. Malheiro da Silva¹

No meio desta situação caótica e de confusão político-nacional por ela provocada, só a Reacção vigilante, estranha à nossa nacionalidade, bem que tendo em Portugal auxiliares de valor, manobrando no estrangeiro, tanto na Alemanha, como na Espanha e no Vaticano, ainda que com fins, propósitos e poderes diversos em cada um destes centros, soube manter uma linha de conduta de há muito traçada e escolher o nosso País para a primeira experiência de um governo totalitário.

(Memórias e Trabalhos da minha Vida, tomo 5º, inédito, acabado em 2 de Dezembro de 1954)

1. Nota introdutória

A recente publicação da primeira biografia documentada e analítica sobre o general Norton de Matos da autoria de um seu parente (NORTON, 2002) e uma dissertação de Mestrado prestes a ser concluída sobre a acção desenvolvida em Angola, primeiro como Governador Geral e depois como Alto Comissário, são sinais eloquentes e promissores do crescente interesse historiográfico por uma figura importante para a

¹ Professor Auxiliar – Faculdade de Letras do Porto.

compreensão de certas especificidades do processo histórico português entre 1890 e 1950.

Um interesse que nos toca há vários anos e nos levou, no âmbito do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS 20), a contribuir para um projecto de longa duração formalizado por protocolo assinado em 1999 entre esse Centro, a Câmara Municipal de Ponte de Lima e os Herdeiros do General Norton de Matos sob a designação genérica - *O General Norton de Matos e o seu Tempo, 1867-1955. Projecto editorial e de investigação*, cuja primeira iniciativa, já no prelo, consiste na reedição dos quatros volumes de Memórias e Trabalhos da Minha Vida, acrescida de mais dois inéditos (o 5º e o 6º).

Pretende-se através deste artigo divulgar os resultados de pesquisas preliminares (SILVA e GARCIA, 1995: 349-404) e em curso, com destaque para a faceta do colonialista e da questão colonial, permitindo a difusão de um retrato mais isento e aproximado de alguém que merece ser melhor conhecido pelos estudiosos e pelos leitores assíduos de História Contemporânea de Portugal.

2. Do berço minhoto ao serviço da Pátria nas colónias

Natural de Ponte de Lima, onde nasceu a 23 de Março de 1867, José Mendes Ribeiro Norton de Matos, descende de uma família burguesa, de origem inglesa (por uma das linhas da ascendência paterna) e com uma forte tradição de luta a favor do liberalismo em Portugal.

Em 1884, matricula-se no Curso de Matemática da Universidade de Coimbra. Da passagem pela Academia de Coimbra, entre os anos lectivos de 1884-85 e de 1887-88, ficou-lhe a recordação do confronto entre “polainas” (estudantes ricos) e “briosos” (os mais *pobres e modestos*, animados por *ideias niveladoras*), as *diferenças de modos de pensar e de proceder entre os estudantes de Direito, de Medicina, de Matemática e de Teologia* (MATOS, 1944: vol. 1, 67-68) a indiferença com que os lentes de Direito encaravam os estudantes de Matemática a propósito da cadeira comum de Economia Política ou ainda as leituras extracurriculares, que iriam influir bastante no seu quadro mental e ideológico: *Por outro lado — conta-nos nas suas Memórias — já nesse tempo [1884-1888] principiaram a circular pela Academia folhetos socialistas*

e num dêles apresentava-se em resumo, “O Capital” de Karl Marx. Adquiri-os e a sua leitura levou-me a comprar as obras de Proudhon. Direi, a propósito, que do que li no meu tempo de estudante e da Escola do Exército nada teve tanta influência sobre mim como os livros de Proudhon (MATOS, 1944: vol. 1, 69).

Marcante seria, também, o período que se seguiu à conclusão do curso de oficial do Estado Maior na Escola do Exército, onde ingressara em Outubro de 1888 e donde saiu Alferes em Novembro de 1890 e decorreu até 1898², mantendo-se nesse posto até 1892.

Mas mais marcante e decisivo na carreira profissional de Norton de Matos foi a partida para a Índia, na primeira quinzena de Junho de 1898, sendo nomeado, a 4 de Agosto de 1898, pelo Governador Geral, general Joaquim José Machado, director da Repartição de Agrimensura do Estado da Índia, criada nesse mesmo dia por portaria provincial n.º 569. Começou, então, um tirocínio de dez anos no domínio do fomento colonial, preenchido pela execução da triangulação secundária do território e do cadastro predial, rural e urbano, tarefas acumuladas com várias missões de estudo técnico-administrativo à Índia inglesa, com outros serviços e muitas comissões, como a de administrador das Matas, director das Obras Públicas, membro do Conselho do Governo, etc.

O testemunho da irmã, D. Rita³, leva-nos a admitir que ao cabo de tão longa e intensa permanência nessas longínquas paragens do

² Reconhece-o nas suas *Memórias* (vol. I), mas de um modo evasivo e genérico: “Bem ou mal, os anos que decorreram de 1890 a 1898 marcaram na minha vida profundamente. Tenho de fazer um esforço para me recordar do que nêles se passou de essencial para a formação do meu espírito, para destacar dessa nublosa época as pedras brancas e negras que foram ficando ao longo do meu caminho. Será difícil... Hesitações, absoluta dificuldade de adaptação a um meio inteiramente contrário ao meu íntimo sentir, algumas loucuras de mocidade, desfalecimentos de vontade, mas ao mesmo tempo um grande sentimento de dignidade, de lealdade, de ausência completa de inveja ou de maldade, que nunca permitiram durante a minha longa vida a prática de qualquer baixeza que leve fôsse” (MATOS, 1944: vol. 1, 77-78).

³ Merece ser transcrito o seguinte comentário de D. Rita Norton de Matos: *Nessa dezena de anos passados na Índia foi grande a influência que teve na “formação” de meu irmão o passado de grandeza que nessas paragens deixamos e muito o impressionou, como revela em cartas que nos escreveu, a concepção gigantesca e perfeita de Albuquerque, consistindo na transformação do pequeno Portugal num grande império, graças à sua expansão para a África e para o Oriente, livrando-o assim de constantes ameaças. Começou então a germinar no seu espírito a ideia da Nação Una, da Unidade Nacional, resultante da fusão íntima e completa, sob o ponto de vista nacional, social, territorial e económico, de todas as regiões portuguesas pelo mundo espalhadas* (Cf. MATTOS, 1953: 109).

Império, onde se presentia ainda *a concepção gigantesca e perfeita de Albuquerque*, Norton de Matos descobrira uma paixão e um desígnio — o estudo e a prática da colonização no Mundo moderno.

Regressado à Metrópole em Outubro de 1908, o capitão Norton de Matos seguiu, pouco depois, para Macau na qualidade de secretário da missão diplomática presidida pelo General Joaquim Machado e destinada a tratar com a China os limites daquele território⁴. Em meados de 1910, estava de volta a Portugal e os dois anos seguintes seriam vividos na “caserna”: fez serviço no corpo do Estado Maior, sendo por pouco tempo Sub-Chefe do mesmo na Divisão Militar sediada em Viseu. Sob a tutela pessoal do General Correia Barreto, então Ministro da Guerra, passou, já como major, a exercer o lugar de Chefe do Estado Maior em Coimbra. Data, também, deste período a sua nomeação, por concurso, para professor de Geodesia e Topografia do Instituto Superior Técnico de Lisboa, donde será compulsivamente afastado, a 16 de Maio de 1935, por motivos políticos.

3. Acção e pensamento coloniais

Foi, de novo, curta esta estada metropolitana.

Em Abril de 1912 era nomeado Governador-Geral de Angola e a 17 do mês seguinte era iniciado *maçon* na Loja *Pátria e Liberdade*, nº 332, de Lisboa (rito escocês)⁵, com o nome simbólico de *Danton*, tendo-se comprometido, no acto da iniciação, a *abolir efectivamente a escravatura*. Parte para Luanda no navio *Beira* a 1 de Junho e irá permanecer, aí, até 8 de Março de 1915, dia do regresso a Lisboa, após ter apresentado o pedido de demissão e este ter sido aceite pelo Ministro das Colónias, coronel de Engenharia Teófilo José da Trindade, do Governo ditatorial Pimenta de Castro (28 de Janeiro a 14 de Maio de 1915).

⁴ Sobre esta complicada missão técnica e diplomática ver *Missão na China. Diário do Comissário Régio Joaquim José Machado nas Conferências Luso-Chinesas para a Delimitação de Macau (1909-1910)*. Apresentação e introdução histórica por António Vasconcelos de Saldanha. Leitura do manuscrito e introdução literária de Carmen M. Radulet. Macau: Fundação Macau/Centro de Estudos das Relações Luso-Chinesas, 1999. Ver ainda NORTON, 2002: 165-172.

⁵ Loja fundada em Lisboa em 1911 por transformação do triângulo nº 149 de Beirolas e separou-se do Grande Oriente Lusitano Unido em 1914, acompanhando a dissidência do Supremo Conselho (Cf. MARQUES, 1986: vol. 2, cols. 1093 e 1401-1402).

Mas antes de prosseguirmos na descrição desta intensa e interessante trajectória individual, impõe-se um enquadramento histórico que ajude a situar a génese e a evolução da questão colonial a que Norton de Matos acabou devotando sua vida.

Os factos ocorridos até à Conferência de Berlim, realizada entre 15 de Novembro de 1884 e Fevereiro de 1885 e promovida pelo chanceler Bismarck em sintonia com o governo francês de Jules Ferry (MANCHUELE, 1988: 185-206), bem como as suas consequências imediatas, conduziram à consagração do direito da força contra a força dos direitos históricos, o que prejudicou imenso os interesses portugueses. Portugal não só foi forçado, quase no fim da Conferência (em 14 de Fevereiro de 1885), a reconhecer a soberania territorial da Associação Internacional Africana sobre uma região descoberta no séc. XV pelo navegador Diogo Cão¹⁰, mas também se viu compelido a definir as fronteiras dos seus territórios com os das novas potências e a impôr o seu domínio nas regiões que reclamava por direito histórico.

A África tornara-se, assim, um continente a explorar e a demarcar por todos os meios e, principalmente, através de estratégias políticas e científicas, que conduziram inevitavelmente à *internacionalização dos problemas africanos*, como nos mostra, por um lado, a história diplomática com vários tratados — o de Lourenço Marques (1879-1881), o do Congo (1884) e a referida Conferência de Berlim— e, por outro, a proliferação de instituições de carácter científico, as chamadas Sociedades de Geografia, que se foram disseminando por toda a Europa, sendo três as mais antigas: a de Paris, criada em 1821; a de Berlim, em 1828; e a de Londres, em 1830. Em 1876, com mais de cinquenta anos de atraso e quando já havia no panorama europeu quatro dezenas de agremiações congéneres, apareceu a Sociedade de Geografia de Lisboa, a qual, segundo Ângela Guimarães (1984), se regeu por um processo moroso e burocrático com vista ao ajuste de condições de operacionalidade no terreno, exigidas pela expansão colonial europeia. E só a partir de 1887, graças ao empenhamento do novo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Barros Gomes, é que foi dada prioridade máxima à *política de ligação das duas costas* (da angolana banhada pelo Atlântico à

¹⁰ Em 23 de Fevereiro era proclamado o Estado independente do Congo, tendo por soberano Leopoldo II da Bélgica.

moçambicana banhada pelo Índico), que ficou conhecida por Mapa Cor-de-Rosa e que levou ao conflito aberto com o governo inglês, profundamente empenhado no projecto contrário de Cecil Rhodes de ligar o Cabo ao Cairo. Era o sonho impossível do “novo Brasil” em África, cujo fundo ideológico (legitimador de importantes opções económicas — o neomercantilismo de que fala Clarence-Smith, 1985: 85-119) sobressai no *Apelo ao Povo Português em Nome da Honra, do Direito, do Interesse e do Futuro da Pátria*, aprovado em 1881, para lançar uma *Subscrição Nacional Permanente destinada ao Estabelecimento de Estações Civilizadoras nos Territórios Sujeitos e Adjacentes ao Domínio Português em África* (LUCAS, 1992: 303) ou ainda, uns anos depois, nas palavras de Pinheiro Chagas, Ministro da Marinha e Ultramar: *Unir Angola a Moçambique, cortar de um lado a outro o continente africano, foi sonho dos nossos maiores (...) e bem cabida era esta ambição num povo que abrisse ao mundo o caminho de África, da Índia e do Brasil e que possuía, de um lado, as embocaduras do Zaire, do Quanza e do Cunene, do outro a foz do Limpopo, o delta do Zambeze e o curso do Rovuma. Quem melhor do que nós poderia realizar tão grandiosa obra?* (LUCAS, 1992: 306-307).

Essa nostálgica confiança no prestígio imperial português conduziu os governos de José Luciano de Castro, chefe do Partido Progressista, a um arriscado jogo diplomático, concebido na convicção falsa do apoio da Alemanha contra a nossa velha aliada Inglaterra. O célebre Mapa Cor-de-Rosa, expressão gráfica desse sonho e desse jogo, acabou por constranger o governo inglês e daí o já referido *Ultimatum* de 1890¹⁵, que provocou em Portugal uma tremenda comoção nacional de consequências políticas sobejamente conhecidas, como, por exemplo, a abortada revolta republicana de 31 de Janeiro de 1891 (MARQUES, 1991).

Duro golpe na tendência portuguesa para tomar por real a miragem de um vasto e próspero império, a atitude do governo inglês serviu de lição amarga — sublimada, porém, pelo tratado anglo-luso de 11 de

¹⁵ Ficou assim conhecido na imprensa e na opinião pública o *Memorandum* enviado pelo governo inglês em 11 de Janeiro de 1890 na sequência da penetração de Serpa Pinto no vale do Chire e das bem sucedidas operações militares na região sob o comando de João de Azevedo Coutinho, factos vistos pelos britânicos como *casus belli*. Ver TEIXEIRA, 1990 e MARTINÓ, 2002.

Julho de 1891— a uma geração de políticos e de colonialistas que haveriam de promover a inflexão do colonialismo português num rumo mais pragmático. A crise política e económica a que se chegara impunha-o. E as reflexões pessimistas de Oliveira Martins sobre a problemática vantagem de Portugal manter possessões sitas em ambiente hostil ao homem, chegando mesmo a sugerir o abandono de Moçambique ou o seu aluguer a companhias concessionárias para se conseguir implementar uma promissora política de fomento em Angola —ideia retomada por Ferreira de Almeida, em termos mais duros, propondo a venda de Moçambique (PÉLISSIER, 1987: 167-170) —, colocavam, definitivamente, a questão colonial na esfera do progresso inadiável.

O grande obreiro dessa estratégia foi António Enes, Ministro da Marinha e Ultramar, Comissário Régio em Moçambique (1891-1892) e Governador em 1895, para quem as medidas prioritárias giravam em torno do trabalho indígena (Enes defendeu o trabalho compelido, indo ao encontro dos interesses da burguesia colonial) e da conquista e “pacificação” do território. Posição superiormente adoptada nesse final de século: o Regulamento do Trabalho Indígena foi elaborado sob sua direcção e publicado em 1899 e as campanhas de África não tardariam a fazer parte das *Glórias Militares Portuguesas* —título sugestivo de um livrinho edificante, escrito por um militar, Zeferino Brandão, para ilustração de soldados (BRANDÃO, 1907), Marracuene, Magul e Coelesa; Caldas Xavier, Aires de Ornelas, Paiva Couceiro e Mouzinho de Albuquerque (o célebre Mouzinho que subjogou e prendeu, em Chaimite, o chefe vátua Gungunhana) — eis o quadro épico que galvanizou a Nação.

Até ao fim da Monarquia dominou o pensamento colonial de Enes, executado por militares de carreira e fundado no pressuposto de que Portugal teria de se afirmar em África através de uma demonstração inequívoca de poder e de força. Daí, pois, o relevo da componente administrativa numa linha centralista, secundada, ao nível do contacto mais directo com a vida das populações indígenas, pela acção das congregações católicas estrangeiras (aceites pelo Governo português para servirem de “tampão” à influência das missões protestantes e do islamismo) e a prossecução de um protecçionismo, que Clarence-Smith sintetizou assim: *No que diz respeito às colónias aumentou-se o protecçionismo aos produtos, intensificou-se o papel das companhias de navegação e manipularam-se as pautas diferenciais de forma a que os*

produtos coloniais passassem por Lisboa, ganhando-se assim divisas preciosas. No virar do século, a África estava a desempenhar um papel similar ao que tinha sido desempenhado pelo Brasil em relação a Portugal um século antes, ainda que em menor escala (CLARENCE-SMITH, 1985: 89).

Com a implantação da República pode dizer-se que o esforço político-administrativo e económico de colonização em África prosseguiu dentro do paradigma fomentista ou modernizador posto em prática pelas grandes potências coloniais. O que nos permite afirmar a presença do modelo forjado durante o regime monárquico: um nacionalismo pró-capitalista, liberal e filantrópico, com raízes na leitura de obras-chave — por exemplo *La Colonisation chez les peuples modernes* de Paul Leroy-Beaulieu²¹ — e em doutrinas que frutificaram em França e em Inglaterra, como foi o caso do saint-simonismo, para o qual a finalidade da colonização *n'est pas la conquête pour elle-même ou pour un quelconque enjeu international, encore moins de satisfaire les appétits mercantiles des grandes maisons de Marseille ou de Bordeaux, ni même de répondre aux appels des milieux d'affaires prêts à spéculer sur les terres nouvellement acquises. C'est à une véritable entreprise de modernisation et d'investissements productifs que doit s'atteler la métropole afin de donner à la colonie les moyens financiers, techniques et humains de son développement et de son autonomie économique* (REUILLARD, 1993: 477). Projecto absorvido pela teoria colonial de Jules Ferry²³, em plena

²¹ José Relvas leu e resumiu, em data não indicada, a 3ª edição dessa obra. Também Norton de Matos adquiriu um exemplar da 5ª edição (Paris, Guillaumin & C^{te}, 1902) em Nova Goa, aos 17 de Dezembro de 1902. Trata-se de uma obra clássica para o estudo do colonialismo comparado, em cujo 1º vol. existe um capítulo — o 2 — sobre a colonização portuguesa, que termina com uma apreciação crítica: *Le Portugal, en garantissant aux Européens la sécurité et la justice, eût pu attirer dans ses provinces d'Afrique les capitaux des riches pays, notamment les capitaux français. Il eût été désirable que l'on vit se reconstituer dans le prochain demi-siècle en florissant empire portugais en Afrique. C'eût été un territoire neutre entre les ambitions des grandes puissances européennes. Malheureusement, la métropole semble avoir, par son inertie, son incapacité, sa corruption due à la traite des noirs, laissé échapper l'heure propice. (...) Ce qui a fait perdre au Portugal ses colonies, ce n'est pas la petitesse de son territoire et de sa population, car la Hollande a conservé les siennes, c'est sa détestable administration intérieure*" (Cf. LEROY-BEAULIEU, 1902: 59).

²³ A teoria colonial de Jules Ferry foi bem sintetizada por François Manchuelle: *Si l'on se place au niveau de la théorie coloniale de Ferry, bien que Jules Ferry ait fait par la suite d'importantes concessions au protectionisme montant dans la vie politique française, il est tout à fait certain qu'il fut un libre-échangiste convaincu, non seulement dans sa*

III República Francesa, e passível de ser subscrito por ilustres colonialistas portugueses — Paiva Couceiro, Freire de Andrade, João Belo e, em especial, Norton de Matos, cujos textos mais representativos permitem conotá-lo com o “programa colonial” traçado, cerca de oitenta anos antes, pelo Marquês de Sá da Bandeira e com uma postura político-ideológica e mental marcada pela concepção antropológica liberal e respectiva ordem sócio-económica (liberdade do humano face ao divino, primazia da razão, axiologia fundante de uma sociedade de homens livres, iguais e justos, apologia da livre iniciativa e da dinâmica comercial, defesa aberta da propriedade e intervenção controlada na esfera fiscal) e ainda pela natural afirmação do cientismo de raiz positivista.

É sabido que a jovem República herdara uma situação colonial complexa²⁴ a que tinha de dar uma resposta urgente, muito reclamada, aliás, pela burguesia colonial e pelas forças progressistas no período final da Monarquia. Sujeita a uma conjuntura internacional onde sobressaía o expansionismo alemão na sequência da revolução industrial europeia, flagelada pelos problemas estruturais do capitalismo português e comprimida por um jacobinismo militante e agitador de tensões sociais profundas, a I República nunca chegou a dispôr de suficiente margem de manobra e durante dezasseis anos de vida não

jeunesse, mais également dans sa maturité et qu'il vit dans les colonies un des derniers refuges du libre-échange à son époque, un exutoire aux surproductions qui, sans elles, feraient "éclater la machine" de l'Europe industrielle. La théorie de l'émigration des hommes ne tient certes plus aucune place dans la pensée coloniale pratique de Ferry, quoiqu'il s'y réfère assez souvent sur le plan théorique dans ses discours. Mais l'idée des colonies comme solution aux problèmes posés par les surplus de capitaux ou par la surproduction, dans la lignée de Wakefield, Stuart Mill et de leurs homologues français, était un des piliers de la théorie coloniale de Ferry. (...) Le problème fondamental, pour Ferry et les républicains, était évidemment d'empêcher que le self-gouvernement colonial ne tourne à l'avantage exclusif des colons. La politique du Protectorat en Tunisie et celle du Gouvernement général en Algérie permirent de concilier dans une certaine mesure la défense des intérêts des indigènes avec le principe de l'autonomie coloniale" (Cf. MANCUELLE, 1988: 201-202).

²⁴ Gervase Clarence-Smith descreve-a nestes termos: Tanto os críticos republicanos como os monárquicos argumentavam que os monopólios e o proteccionismo excessivo estavam a estrangular o crescimento económico, sacrificando os interesses dos colonos e proporcionando lucros escandalosos a uma clique de privilegiados politicamente influentes. Os intermediários na compra do capital externo estavam a vender-se aos estrangeiros. Os défices eram inaceitáveis e a administração do império era caótica, ultrapassada, ineficaz e vergonhosa (Cf. CLARENCE-SMITH, 1985: 119).

conseguiu instaurar um modelo colonial consistente por culpa de sucessivos erros de gestão e de uma instabilidade política e financeira que lhe precipitaram a queda. Mas isto não significou ausência de ideias novas ou de iniciativas promissoras: a velha e pertinente questão de saber qual das administrações era a mais adequada na aplicação dos princípios assimilacionistas, se a administração directa, se a indirecta, foi resolvida através da inequívoca aposta numa descentralização de pendor nacionalista, ou seja, a colónia passava a ser sinónimo de província ultramarina (a expressão reaparece na Constituição de 1911), parte integrante de um todo nacional indivisível. Em contrapartida, surgiram grandes óbices à introdução do progresso em todo o território nacional e, no que concerne às colónias, pode dizer-se que a gestão colonial arcaica, sustentada, entre outras forças, pelo Banco Nacional Ultramarino, conseguiu travar os ímpetus de mudança (TORRES, 1991: 265-284).

Dez meses após o 5 de Outubro de 1910, a Direcção da União Colonial Portuguesa enviava ao Presidente da Câmara Constituinte o texto de uma proposta votada em Assembleia Geral de 25 de Julho de 1911 e na qual, a par do pedido de extinção da representação das colónias no parlamento da metrópole, se reivindica um grau de descentralização política e administrativa compatível com o estado de desenvolvimento de cada colónia, através de leis especiais ou cartas orgânicas, perfeitamente adaptáveis às suas circunstâncias económicas, físicas e sociais. Surgiram e intensificaram-se as pressões junto, por exemplo, dos deputados da Constituinte para que a tendência descentralista ficasse contemplada na Constituição da República (1911). E ficou: o artigo 67º refere que *na administração das províncias ultramarinas predominará o regime de descentralização, com leis especiais adequadas ao estado de civilização de cada uma delas* (CAETANO, 1971; SOARES, 1971: 682). Mais tarde — em 1917 para o Ultramar e em 1922 só para Moçambique — seriam promulgadas as cartas orgânicas que a União Colonial Portuguesa reclamara com tanta veemência. No entanto, o pêndulo administrativo ter-se-á deslocado, pouco depois, na presidência conservadora de Sidónio Pais (5-12-1917 a 14-12-1918), para um certo centralismo: o decreto de 1 de Julho anulava as cartas orgânicas, considerando-as meras cópias das leis 277 e 278 de 15 de Agosto de 1914, as quais haviam sido promulgadas — em pleno vazio legislativo

sobre matéria colonial — para consagrarem os princípios norteadores da administração colonial descentralizada. A intenção do governo sidonista só pode ser compreendida dentro do quadro conflitual — 1ª Grande Guerra — que, então, se vivia. Um quadro em que era alto o valor estratégico das colónias e, por isso, todos os políticos e colonialistas portugueses apenas se permitiam divergir quanto à melhor forma de as preservar.

O alegado “desvio” sidonista foi efémero e as cartas orgânicas tornaram a vigorar até ao fim da 1ª República, revalorizando o regime descentralizador da administração indirecta, inspirado, aliás, no *indirect rule* britânico. A reposição dessas cartas trouxe logo para primeiro plano dois pontos essenciais: o papel dos Altos Comissários²⁹ e a política de assimilação.

No que toca à acção desses representantes do governo central, sedeados em Lisboa, dotados de amplas prerrogativas legislativas, administrativas e políticas que lhes permitiam, por exemplo, assinar acordos e convenções em nome da respectiva colónia, terá de se reconhecer que foi insuficiente para cumprir o espírito de descentralização, tão intensamente defendido pela União Colonial Portuguesa. E isto mais por culpa da instabilidade e ambiguidade do sistema jurídico-político, eivado de “vícios” centralizadores, do que pelo empenho pessoal, embora, por vezes, controverso, dos Altos Comissários nomeados³¹.

O caso de Norton de Matos é, neste contexto, exemplar: louvado por muitos pela sua ousada política de fomento assente no incremento do trabalho livre com vista a uma relação inédita entre colonos e africanos foi, também, criticado por alguns, nomeadamente Cunha Leal, que, no seu livro *Calígula em Angola*, acusou, num tom implacável, aquele Alto-Comissário de nepotismo e de descontrolo financeiro.

²⁹ Esta figura político-administrativa terá sido criada, segundo José Medeiros Ferreira (1992: 30-32), como resposta à pretensão britânica, expressa durante a Conferência de Paz em Paris (1919), de ver dividido o território de Moçambique em duas partes e com atribuição de estatutos políticos diferenciados.

³¹ Entre 1921 e 1930, ano em que terminou o esquema político-administrativo de Alto-Comissários, passaram por Angola: Norton de Matos (1921-1924); Rego Chaves (1925-1926); Vicente Ferreira (1926-1928); e Filomeno da Câmara (1928-1930). Por Moçambique: Brito Camacho (1921-1923); Ivens Ferraz (1924-1926); e José Pereira Cabral (1926 a 1930, como Alto-Comissário, e até 1934 já como Governador-Geral).

A questão do trabalho, tão cara a Norton de Matos, leva-nos à política de assimilação, entendida, segundo Gérard Leclerc, como o fim da colonização na perspectiva evolucionista e consignada nas cartas orgânicas através da diferenciação entre assimilados e indígenas e ainda entre estes e os europeus. Os dados disponíveis permitem afirmar que os “assimilados” do sistema colonial republicano acabavam por ser discriminados, apesar das garantias e dos privilégios inscritos no Estatuto do Indigenato. De facto, os indígenas “assimilados” das colónias portuguesas continuaram a ter profissões modestas, como a de serventes, contínuos, condutores, enfermeiros, monitores nas escolas missionárias e pouco mais. E esta descriminação não se ficava só pelo campo profissional, mas abrangia vastos domínios, como o sócio-económico, o político-institucional ou o instructo-educativo. Na base desta atitude estava um etnocentrismo arreigado, que não contemplava a especificidade cultural dos povos colonizados e que apostava na hegemonia de um só modelo civilizacional (BENDER, 1980: 145-157). Modelo legitimador de uma estratégia económica (seja livre-cambista, seja proteccionista) baseada na exploração sistemática das riquezas e das matérias-primas coloniais com integração plena dos autóctones. No entanto, o pensamento e a acção de Norton de Matos demarcaram-se deste pragmatismo “duro” por força do ideário atrás esboçado.

Se passarmos em revista a obra por ele produzida em Angola quer como Governador-Geral, quer como Alto-Comissário e ainda o relato e a reflexão que essa rica experiência lhe suscitaram, ressalta a difícil tentativa de combinar e integrar elementos diversos e até antagónicos — unidade nacional transoceânica, liberdade, progresso e autonomia colonial — num projecto de almejado alcance civilizacional. A receita vinha das potências coloniais democráticas e industrializadas, mas a sua aplicação a Portugal, pequeno país periférico, esbarraria no incontornável atraso económico, sócio-político e culto-mental da metrópole e colónias.

De 1912 a 1915, pairando no ar a ameaça anglo-alemã de ocupação e posse das colónias portuguesas, Norton de Matos tudo procurou fazer — e o empenho com que defendeu a participação de Portugal na Grande Guerra confirma-o em pleno — para contrariar o expansionismo colonial alemão, taxativamente impresso no livro do general F. von Bernhardi, *A Alemanha e a guerra próxima* (editado em 1911), que tanto o im-

pressionou e a tal ponto que escreveu de Luanda, em 1 de Janeiro de 1913, ao Ministro das Colónias a recomendar-lhe a leitura desse livro, citando, a propósito, trechos da obra de Treitschke, e principalmente a compilação das suas lições sob o título de *“Politik”, verdadeiro evangelho do povo germânico nos últimos tempos*, terminando num apelo: *Esta carta leva, a V. Ex^a, pela sua própria natureza, por tudo o que nela digo e pela afirmação que nela faço da minha inteira convicção de que “dentro de poucos meses a Alemanha fará rebentar a guerra e que um dos seus primeiros actos de agressão armada será a invasão de Angola e de Moçambique”, o meu pedido instante, que perante o Governo da República tão intensamente tenho pôsto, para que se trate da defesa militar desta vastíssima região portuguesa* (MATOS, 1945: vol. 4, 17-18).

O seu plano organizava-se, assim, em torno de dois eixos fulcrais: a curto prazo, a defesa militar, num esforço permanente de vigilância das tropas e dos colonos alemães, extensiva aos “perigos” gentio e boer (MATOS, 1945: vol. 4, 267-281), e a médio prazo na demonstração inequívoca de que Portugal queria, sabia e podia gerir os seus territórios ultramarinos em total sintonia com o espírito civilizacional moderno e tendo bem presentes os conselhos do intrépido monárquico Henrique Mitchel de Paiva Couceiro, lidos e anotados, em 1912, no relatório dos dois anos de governador-geral de Angola (COUCEIRO, 1910: 26-27 e 361). Relatório de Couceiro, lido por Norton com atenção e plena concordância, reafirmada décadas mais tarde, em 1948, na (re)edição desse trabalho, *comemorativa do terceiro centenário da restauração de Angola, que se publica precedida de um ensaio sobre Paiva Couceiro do ex.mo general Norton de Mattos* (MATOS, 1948). Ensaio rematado de forma assaz eloquente: *A carreira colonial de Paiva Couceiro terminara para sempre! Tão gloriosa, tão levantada e digna, tão proveitosa para os destinos da Nação, tão realmente, tão praticamente e tão seguramente indicadora do único caminho a seguir para o engrandecimento de Portugal foi essa carreira, que outra não vejo na Hisória Colonial Portuguesa dos últimos 200 anos que se lhe possa compara* (MATOS, 1948: 127-128). E por esse mesmo caminho seguiu Norton de Matos, animado de firme vontade e de ingente obstinação, quando teve nas mãos os destinos da mesma colónia, deparando, também, com várias dificuldades levantadas quer pelo governo de Lisboa, quer por influentes sectores adversos a arrojadas políticas de desenvolvimento.

Nas funções de Governador-Geral, Norton de Matos retomou, pois, o programa ousado de Paiva Couceiro, deixando no terreno as marcas de uma acção, resumida por Rocha Martins, na sua *História das Colónias Portuguesas*, do seguinte modo: *José Mendes Ribeiro Norton de Matos tinha ideias largas e no contacto com a provincia ultramarina mais as desenvolvera, cabendo-lhe, no começo, a autoria de portarias de pouca monta, em comparação com o desenvolvimento e importância das que se lhe seguiram. Proibira os castigos corporais; iniciou um sistema aperfeiçoado de contractos de trabalho indigena, a fim de evitar abusos; fez aplicação rápida das leis da mão de obra livre e impôs aos funcionários que não recebessem emolumentos pela aquisição de serviços, cujo recrutamento se faria de uma forma recta, em defesa dos negros. Eram leis moralizadoras. Aplicara, em definitivo, o regime das circunscrições, ficando a provincia no distrito de Luanda, cujos concelhos eram Luanda, Cambambe, Novo Redondo e Ambriz, com suas circunscrições de Ambriz, Cambambe, Novo Redondo, Dande, Ambaca, Cazengo, Golungo Alto, Icolo e Bengo, Lílolo, Muxima, Pungo Andongo e as capitánias-mores de Amboim, Dembos, Encoge e Quissama (17 de Abril de 1913) (MARTINS, 1933: 519).*

Anos mais tarde, regressado a Luanda para assumir as acrescidas responsabilidades de Alto-Comissário e cumulativamente de Governador-Geral, Norton de Matos propôs-se continuar e ampliar a política do seu primeiro governo (CASIMIRO, 1958: 127-134), mas logo deparou, desiludido, com um completo retrocesso no modo de utilização da mão-de-obra, devido à promulgação, entre 1915 e 1921, de diplomas *que felizmente a tempo se revogaram — escreveu ele em 1953 — (e com os quais) quase se ia estabelecendo o trabalho forçado em Angola, e esses impensados, ainda que bem intencionados passos dos legisladores, produziram um estado de coisas e de espírito em tudo o que respeitava à mão-de-obra indigena e às relações das autoridades e dos colonos com os indígenas de Angola, que muito me levou a transformar de novo e me criou, mais uma vez, por parte dos exploradores do trabalho do preto, animosidades e campanhas, de que senti na Metrópole, mais do que em Angola, os desleais e cobardes efeitos (MATOS, 1953: 84).* De facto, o segundo período governativo em Angola, de Abril de 1921 a 30 de Junho de 1924, se foi mais farto e proficuo em medidas tomadas, graças à considerável liberdade de acção de que dispunha o Alto

Comissário, também, em proporção, gerou maior controvérsia, tendo sido minado por campanhas hostis (foi o caso conhecido de Cunha Leal e do seu *Calígula em Angola*) e por conflitos, como o havido com o Ministro das Colónias Rodrigues Gaspar (NORTON, 2002: 282-301).

Como é óbvio, não cabe aqui a enumeração exaustiva do rol das adversidades ou ainda das medidas legislativas e das realizações concretas — e logo pelo seu autor registadas para a posteridade em *A Província de Angola*, sendo, décadas depois, recordadas muitas delas nas *Memórias...*, em *A Nação Una* e na *África Nossa* —, mas apenas a indicação das mais ilustrativas.

Em evidência voltou a estar a questão do trabalho indígena, questão incómoda para os interesses da burguesia colonial e, por isso, em 1924, assim que Norton de Matos abandonou Angola pela segunda e última vez, *tudo se principiou a destruir — segundo as suas próprias palavras —. Primeiro que tudo a legislação inteira de protecção ao indígena e principalmente a que constituiria um dique formidável à exploração do trabalho dos pretos. E tão precipitadamente, com revelação de tanto ódio às medidas por mim tomadas, com tão completa ausência de escrúpulo, que o Doutor Afonso Costa, nosso representante na Sociedade das Nações, oficiou, alarmado, ao govêrno da República a comunicar o péssimo efeito que a revogação da minha legislação social e protectora dos indígenas, estava produzindo em Genebra* (MATOS, 1944: vol. 3, 353). Era, também, concedida prioridade ao plano de colonização directa, subordinado à ideia básica de se *colonizar os nossos domínios ultramarinos com o povo português* e implicado no paradigma da fusão numa só política das duas políticas históricas: *-a da Metrópole e a do Ultramar*, ou seja, *Comércio único a ligar com laços cada vez mais fortes todos os territórios da Nação. Mercados recíprocos que permitam a circulação da riqueza em todo o vasto império português. Indústrias sem peias de espécie alguma, a aproveitarem e a transformarem as possibilidades e as forças coloniais como o fazem na Metrópole. A agricultura das terras do Ultramar a completar as dos nossos campos. Tudo isto pela forma como tantas vezes o tenho dito nos meus discursos de Angola: -A mais íntima, a mais estreita ligação da Metrópole e de as Colónias Portuguesas, por forma a constituir e a construir para sempre uma única Nação; um Parlamento único, o da Metrópole, onde a representação colonial seja cada vez mais numerosa para que os*

interesses das Colónias sejam mais defendidos, e sobretudo, cada vez mais compreendidos (MATOS, 926: 25-26)⁴⁴; e, por fim, materializado numa área (a região planáltica de Benguela) de 30 milhões de hectares, reservada para cultivadores brancos e cinco milhões para empresas agrícolas capitalistas de acordo com as disponibilidades de mão de obra, através, naturalmente, de abundante e diversificada legislação (decreto nº 16, de 19-3-1921, o nº 95 de 3-2-1922, o nº 204 de 8-11-1922, o nº 212 de 9-12-1922 ou a portaria provincial nº 14 de 1923 sobre colonização e emigração).

Envolvendo todas estas questões sectoriais surgia o programa de fomento, que pode dividir-se em três objectivos: primários, que compreendem a construção de caminhos de ferro, de portos, de estradas e de habitações para os funcionários, operários e colonos; secundários, que englobam a edificação de hospitais e enfermarias, a adopção de práticas higiénicas e de profilaxia, a urbanização, o estabelecimento de linhas telegráficas, telefónicas e estações radiotelegráficas, a navegação de cabotagem e fluvial, a farolagem e a criação de quartéis; e científicos, relativos à organização de serviços geológicos, geográficos, astronómicos e meteorológicos, construção de laboratórios médicos, veterinários e de diversa espécie e criação de institutos de investigação científica (MASCARENHAS, 1970: 269). Programa ambicioso e exigente do ponto de vista financeiro, radicado na opinião corrente de que as colónias deviam ser fomentadas essencialmente na base dos seus recursos. Tornava-se, pois, indispensável o recurso a empréstimos, de que a província de Angola se tinha de responsabilizar e de assumir o provável aumento do défice, tendo em conta o estado frágil das finanças: em 1921 o défice atingira o meio milhão de libras. Numa situação dilemática como esta, Norton de Matos não podia apostar num desenvolvimento intensivo sem realizar um empréstimo para liquidar os débitos existentes e para garantir as despesas com obras inadiáveis, abrindo, assim, as portas à entrada de novos capitais pela via do investimento. Era uma aposta pensada para um período longo, no mínimo de dez anos, mas que, afinal, só durou três e sem os resultados pretendidos. A acusação mais grave que lhe seria feita prendia-se com a ausência de saneamento financeiro e imprudente incremento das despesas.

⁴⁴ Idem, *A Província de Angola*, ob. cit., p.25-26.

O certo, porém, é que Norton de Matos, não obstante certos erros de cálculo e de “estilo”, não agiu de forma tão voluntarista como os seus críticos fizeram crer, cuidando mesmo de encomendar ao economista Quirino Avelino de Jesus, pessoa ligada aos círculos católicos conservadores, membro da administração do Banco Nacional Ultramarino e futuro conselheiro “influente e discreto” de Salazar em economia e em matéria colonial, um detalhado relatório, com data de 7 de Julho de 1924 e de que conhecemos dois volumes dactilografados — *Finanças de Angola* e *A Moeda e o crédito de Angola*. Este último abre com uma *Advertência Preliminar*, onde se lê o seguinte: *Um empréstimo externo para Angola não é só necessário. É também possível, se a governação financeira e económica estiver em ordem, o que é tão realizavel como difficil. Apenas julgamos agora que nenhuma grande parcela dêle pôde vir pela Companhia de Diamantes de Angola. Acaba ela de pôr em evidência ao mesmo tempo uma grande fraqueza financeira e o pensamento de arruinar o Tesouro Provincial*⁴⁶. Mas não era a única. O

⁴⁶ Documento inédito do Arquivo-Biblioteca Norton de Matos, que não pudemos, pela sua extensão e densidade informativa, analisar aqui. No meio do volume *A Moeda e o crédito de Angola* há um texto manuscrito de Norton de Matos, em 6 fls. lisas e de cor verde, que merece um destaque especial. Atente-se nos seguintes extractos: *Este Relatório de Quirino de Jesus merece ser lido com atenção, pois fornece elementos e informações de valor para o estudo do meu Alto Commissariado em Angola. Tem, porem, de ser cuidadosamente controladas as suas afirmações, por vezes pouco verdadeiras. Os factos apresentados sofrem tambem deformações, intencionais ou não. Compreendeu em grande parte o meu pensamento governativo e as conversas que com ele tive e o conhecimento íntimo que tomou do meu governo, comunicou-lhe noções de grandeza que mais certo lhe serviram para a confecção do Acto Colonial hoje em vigor. Não viu, porem, tudo e não tinha envergadura para abranger a grandeza nacional dos meus projectos. Distribue-me intenções que nunca tive. Uma delas é o meu proposito firme e constante (segundo diz) de *contrair grande emprestimo externo para Angola. É certo que pensei nisso e que levei essa ideia para Londres, onde fui antes de partir para Angola a assumir o meu lugar ali. Mas esse proposito varreu-se-me para sempre da mente depois de ter compreendido bem o que estava sendo o mundo no apoz guerra. (...) Tinha eu uma conversa preliminar no F. O. fixado o quantitativo do emprestimo em 5 milhões de libras. Marcada a entrevista com Lord Milner, la fui falar com ele. Muito bem recebido, expuz-lhe os meus planos de desenvolvimento de Angola e disse-lhe que para tanto carecia, alem do dinheiro que podia levantar em Portugal e até na propria colonia, carecia de moeda estrangeira. Lord Milner não me desanimou antes pelo contrario apesar de me dizer desde logo que o momento não era dos mais propicios. Mas como, acrescentou logo, o assunto carecia de estudo circunstanciado, era natural que, entretanto, a situação financeira em Londres de desanuviasse. Seguidamente falou-me de um emprestimo que a Inglaterra acabava de fazer ao Quénia. Era da mesma quantia, os 5 milhões de libras. E tanta informação me deu da natureza desse emprestimo, dos seus fins, da sua influencia em grandes empresas territoriais**

Banco Nacional Ultramarino não hesitou em obstruir a política do Alto Comissário e em lesar os interesses representados pela Associação Comercial de Luanda, pervertendo, na prática, o fim para que fora criado (apoiar o fomento das colónias), como refere o próprio Quirino de Jesus nesse mesmo volume: *A Associação telegrafára ao Banco Ultramarino em 1 de Março, expondo-lhe a situação difícil e pedindo-lhe o seu esforço. A resposta do Governador veio no dia 10, e era bem expressiva. O Banco pretendia atirar para cima do Alto Comissário tôdas as responsabilidades da crise. Tentava mesmo voltar, se fosse possível contra o primeiro magistrado de Angola o comércio da Província. Declarava estar pronto a salvar êste. Como? O Govêrno provincial que prescindisse da transferênciã mensal dos 400.000\$00 do Estado para a Colónia. Restituisse também ao Banco parte dos capitais que êste lhe fornecera, pela aplicação do contrato de 1922, em 1923. O Banco poria tudo isto ao serviço das transacções mercantís. Mas ainda punha outra condição. Fôsse-lhe permitido elevar o próprio convencional de transferênciã, que era de 3%, como vimos. Numa palavra o Banco regressava á sua idéia capital: o Estado que lhe fornecesse directa e indirectamente o dinheiro para êle acudir á Província, mas ainda com a possibilidade de maiores ganhos próprios, á custa da economia e crédito de Angola e dos exportadores metropolitanos (SILVA; LIMA, 1995: 373-374).*

A estratégia do BNU vinha já de trás (TORRES, 1991: 107), não se esgotando, por isso, na crise fiduciária que forçou essa instituição de crédito a sair de Angola em 31 de Outubro de 1926 (DURÃES, 1976: 36-44) e à sua substituição pelo Banco de Angola, do qual seria governador (de Julho de 1927 a Janeiro de 1930) Francisco da Cunha Leal, ex-líder parlamentar do Partido Nacionalista Republicano,

inglezas a fazer avançar rapidamente os territorios de Africa, ao contrario do que tinham conseguido os alemães, a partir de 1825, que eu sahi de la a pensar, mau grado meu, que esse emprestimo avultado, levantado na Inglaterra para o desenvolvimento de uma colónia portuguesa, poderia ter como resultado uma infiltração de interesses ingleses, mais do que seria para desejar. (...) De resto muito antes de partir por Angola, como A. C., quando no parlamento me perguntaram com que recursos contava respondi que com os de Angola e com os de Portugal. Havia bancos emissores, Caixas de depositos, empresas diversas, minas, terras que produziam, pesca, produtos naturais, uma enorme riqueza latente que bem desenvolvida, bem valorizada daria ao Estado os recursos de que carecia para uma obra continua de progresso. -O que era necessario era vencer o ponto morto, e estava certo de que o conseguiria. E conseguí-o. É isto que não viu ou não quiz ver, ou se o viu não o quiz dizer, o Snr. Quirino e como ele tantos outros Quirinos.

fundador da União Liberal Republicana (partido envolvido na campanha de propaganda preparatória do movimento militar de 28 de Maio de 1926) e crítico severo da governação de Norton de Matos. No entanto, este adepto inicial da ditadura militar não tardou a ser, também, um virulento opositor dos *novos senhores da situação* e, sobretudo, da política financeira e colonial de Oliveira Salazar (LEAL, 1930).

Em síntese, podemos sublinhar que toda essa intensa e atribulada experiência governativa de Norton de Matos em Angola não lhe suscitou apenas a compreensível necessidade de provar a justeza dos seus actos, mas contribuiu principalmente para a consolidação do seu projecto de ideologia colonial. É que a sua obra global, só em pequena parte concretizada, fundava-se, afinal, num quadro ideológico, de matriz demo-liberal e filantrópica é certo, mas acentuadamente etnocêntrica (ou assimilacionista) e nacionalista, tendo algum eco, precisamente por isto, no pensamento colonial das várias direitas da época (desde os conservadores moderados até aos pró-fascistas). A sua ideia basilar, tantas vezes proclamada e expressa até no título de uma obra — *A Nação Una*-concorrente, em 1952, ao prémio Abílio Lopes do Rego sobre administração colonial, mas dele excluída, consistia, pois, na defesa da unidade nacional, na indivisibilidade do território nacional, na unidade económica e na unidade de acção, assentando em três pilares: *A Nação tem de os construir — proclamava o seu arauto — em grandeza, com solidez, lealdade e verdade. Nenhum interesse que não seja alto interesse nacional; nenhuma discriminação entre regiões, povos, raças, cores e ideologias, capazes de diminuir a estabilidade do equilíbrio da construção; nenhuma mesquinhez ou falta de beleza na sua erecção; a perenidade das leis nacionais que conduzam a essa construção e que a ela presidam: — só uma Assembleia Constituinte, livremente, democraticamente e solenemente eleita, em que a inteira liberdade de voto e a fiscalização absoluta do acto eleitoral estejam acima de tudo, será capaz do acto legislativo que a construção dos três pilares exige* (MATOS, 1953: 8). Três pilares, a saber: *A Autonomia Administrativa de cada uma das partes da Nação; A Civilização dos habitantes que os portugueses encontraram nas terras que descobriram e ocuparam e que há cinco séculos estão diligenciando transformar em portugueses como eles. (...) Temos de conseguir esta civilização mediante uma completa e perfeita assimilação; e O Povoamento, com portugueses de cor branca,*

das terras ocupadas, tendo sempre em vista a constituição da Nação Una como um povo único, oriundo de diversos povos e raças, que continuará perenemente a ser o povo português, cuja cor como que desapareça em presença da civilização igual, da língua única, dos mesmos usos e costumes, de mentalidade nacional idêntica:—o Portugal Maior dos nossos sonhos seculares (MATOS, 1953: 8-9).

Projecto de um colonialista experimentado e de um visionário, tinha todos os ingredientes para ser suficientemente mobilizador e para incorporar o espírito da Iª República. Tinha o que outras ilustres figuras do regime ligadas aos problemas coloniais, como Freire de Andrade ou Brito Camacho, não conseguiram propôr: a articulação de uma prática de fomento e de reorganização administrativa, claramente modernizadora, com um núcleo compatível de valores e de ideias-força, produzindo, assim, um discurso ideológico que integrava a velha questão colonial num nacionalismo aberto à participação e à representação democrática de todas as províncias e de todos os interesses e que era a alternativa possível à cobiça alheia, ao separatismo e à destruição do velho império colonial português. Ameaças, que Norton de Matos sempre julgou superáveis. O caso do Brasil — exemplo típico de colónia de povoamento — ficou, porém, na História a provar o contrário e a servir de aviso a alguns defensores da ideia de império, que chegaram mesmo a descrever da Nação para sempre una e a renderem-se ao pragmatismo mercantilista. Tudo isto, claro está, num outro contexto político: a queda da “nova República velha”.

4. Intensa actividade política e cívica

Referimos atrás o interregno de acções governativas em Angola, durante o qual Norton de Matos foi chamado por circunstâncias históricas precisas a contribuir, sobretudo com seu capital de organizador nato e determinado, para a estratégia político-partidária dos democráticos de Afonso Costa.

Interrompidas, pois, a seu pedido, as funções de Governador Geral, e regressado, entretanto, a Lisboa, o major Norton de Matos embrenhou-se na luta partidária, participando, ao lado de outros democráticos ou afonsistas — Álvaro de Castro, Sá Cardoso, António Maria da Silva e Freitas Ribeiro — numa conspiração triunfante contra a ditadura de

Pimenta de Castro (o célebre 14 de Maio de 1915). A conjuntura era dramática e complexa, com uma Guerra total e uma carnificina inimagináveis a acontecer na Europa, em África, na Palestina, e com um Portugal indeciso e dividido sobre a eventual participação militar na frente europeia ao lado da Grã-Bretanha, a velha Aliada.

Os dois efémeros Governos de José de Castro, que se sucederam de 17 de Maio de 1915 até à formação do 2º Governo de Afonso Costa, em 29 de Novembro desse mesmo ano⁶, contam já com a presença de Norton de Matos — eleito, entretanto, deputado por Ponte de Lima nas legislativas de 13 de Junho e nas listas do Partido Democrático — como Ministro das Colónias e depois, nas pastas da Guerra e dos Negócios Estrangeiros. No Gabinete chefiado por Afonso Costa, responsável pela requisição dos navios alemães surtos no Tejo e pela subsequente declaração de guerra da Alemanha a Portugal, em 9 de Março de 1916, manteve-se na pasta da Guerra, dando continuidade à preparação militar por ele assumida convictamente, pois entendia-a necessária para a defesa da integridade colonial portuguesa.

A entrada na I.ª Grande Guerra voltou a colocar na ordem do dia a conveniência de um pacto entre todos os partidos da República, mas a recusa dos unionistas de Brito Camacho, adeptos de uma neutralidade gerida no quadro da aliança anglo-lusa, mutilou a “União Sagrada”, cujo Ministério entraria em funções a 15 de Março de 1916 sob a presidência do evolucionista António José de Almeida, incluindo, entre outros, Afonso Costa nas Finanças e Norton de Matos na Guerra. Cerca de onze meses depois caía este Governo de concentração e constituía-se o 3º presidido por Afonso Costa, que conserva Norton de Matos na Guerra e em posição de destaque, chegando mesmo a assumir interinamente a chefia do Governo na ausência temporária do líder.

⁶ Estes Governos, embora de “concentração”, eram naturalmente dominados pelo Partido Democrático (designação comum do velho Partido Republicano Português após a cisão em finais de 1911), que, ao sair vitorioso do movimento revolucionário de 14 de Maio, tomou conta do Poder e conseguiu legitimá-lo através das eleições legislativas de 13 de Junho e da eleição, no Congresso dos Deputados, de um novo Presidente da República, Bernardino Machado. Em ambos os actos eleitorais o Partido Democrático obteve uma irrefragável vitória e só não formou novo Ministério, porque, entretanto, Afonso Costa sofreu um grave desastre de eléctrico, que obrigaria a retardar a formação de um Governo abertamente democrático até finais de Novembro.

Durante tão difícil e instável fase governativa, o coronel Norton de Matos viu o seu prestígio crescer de forma exponencial quer dentro do Partido Democrático (chegou a membro efectivo do Directório), quer no seio da Maçonaria, e conseguiu organizar, com poucos meios e manifesta falta de tempo, o Corpo Expedicionário Português (C.E.P.) — motivo tanto de orgulho próprio e dos seus correligionários, como de crítica cerrada por parte dos anti-guerristas (MEDINA, 1986).

Não admira, por isso, que a ira dos descontentes o vitimasse, tal como a Afonso Costa e a Bernardino Machado, na sequência do golpe de Sidónio Pais de 5 a 8 de Dezembro de 1917, ao qual não conseguiu, enquanto Presidente interino do Ministério e Ministro da Guerra, opôr uma eficaz resistência (SILVA, 1997: vol. 1, 730-748). A sua casa na Avenida Miguel Bombarda, n.º 109, foi assaltada e ele teve de se refugiar no navio de guerra inglês “Woodnut”. Foi considerado desertor e demitido do Exército. Enquanto durou a experiência sidonista, ou seja, até ao assassinato de Sidónio a 14 de Dezembro de 1918, Norton de Matos permaneceu exilado em Londres, onde se limitou a acompanhar de forma passiva o desenrolar dos acontecimentos e trabalhou como agente de uma Empresa de Construções Navais (1918-1922) .

Reintegrado no Exército com o posto de coronel até ser promovido, em 4 de Setembro de 1919, a general, agraciado com a grã-cruz da Torre e Espada, na vigência do Governo José Relvas (formado a 27 de Janeiro de 1919, após o malogro das tentativas restauracionistas da Monarquia do Norte e de Monsanto), foi nomeado delegado à Conferência de Paz (FERREIRA, 1992: 72-77) e manteve-se nessas funções até Julho desse ano, mês em que regressa a Portugal e aqui se fixa, mas por pouco tempo... Em Abril de 1920 recebe o convite do Ministro das Colónias, Utra Machado, para ocupar o cargo, recém criado, de Alto Comissário em Angola, cuja acção ficou acima focada. E em 1924, a sua acção de colonialista obstinado e visionário haveria de lançá-lo em rota de colisão com interesses contrários em Angola e no seio do Governo de influência democrática, dividido quanto ao apoio a prestar-lhe (NORTON, 2002: 293-305).

5. Entre o Exílio (lá fora e cá dentro) e a Intervenção Pública

A situação era politicamente embaraçosa e afectava a honorabilidade de uma figura do regime, que exigia uma reparação pública. Não tardou, por isso, a ser nomeado Embaixador de Portugal em Londres, para onde partiu no mês de Agosto de 1925 e onde, como se sabe, estivera exilado durante a “situação” sidonista. E será nesse posto diplomático que a Ditadura Militar, saída do 28 de Maio de 1926, o foi encontrar e logo que pôde, ou seja, a 21 de Junho exonerou-o. E cerca de seis dias depois, ainda em Londres, Norton de Matos escrevia ao seu colaborador Rodrigo de Abreu, pedindo-lhe *encarecidamente que apresse o mais possível o aparecimento do meu livro* [A *Província de Angola*, impresso pela Emp. Industrial Gráfica do Porto aos 5 de Abril de 1927]. *Bem sabe que ele constitui obra republicana e nacional e que hoje mais do que nunca, carecemos de manifestações dessa natureza* (NORTON, 2002: 222) — atitude bem típica, aliás, do seu modo de agir, recorrendo ao juízo político-administrativo da História numa hora em que os seus adversários voltavam a senhorearem-se do Poder.

Com cerca de 59 anos de idade, o general Norton de Matos entrava numa nova fase da sua vida, marcada pelo confronto político com as autoridades da Ditadura e depois com o Estado Novo de Salazar. Em consequência da sua participação nas revoltas falhadas de 3 a 7 de Fevereiro de 1927 (FARINHA, 1998: 34-63) foi preso e enviado para a ilha de S. Miguel (Açores), fixando residência na cidade de Ponta Delgada, onde se lhe vai juntar a mulher.

Durante a permanência em Ponta Delgada verá o seu nome proposto pela Loja “Acácia” (a 6 de Dezembro de 1928) para Grão-Mestre adjunto da Maçonaria Portuguesa. A 7 de Dezembro morre o Grão Mestre Magalhães Lima e o sucessor eleito, António José de Almeida, morrerá, também, uns meses depois — a 31 de Outubro de 1929. Já regressado a Portugal, Norton de Matos acaba por ser eleito Grão Mestre, a 31 de Dezembro, para os anos de 1930 e 1931, mas só tomou posse a 30 de Abril de 1930 (MARQUES, 1986: vol. 2, col. 962).

Desenvolveu, então, intensa actividade, participando em encontros maçónicos de carácter internacional: em Setembro de 1930 esteve em Antuérpia, a propósito da Convenção Maçónica Internacional e da Semana Portuguesa da Exposição Internacional Colonial de Antuérpia,

onde proferiu uma importante conferência sobre *La Formation de la Nation Portugaise envisagée au point de vue coloniale*; esteve, também, em Bruxelas para tomar parte na Convenção da *Association Maçonique Internationale* (A.M.I.). Reeleito Grão-Mestre prosseguiu, nos anos seguintes, os seus esforços em prol do ideal maçónico, vindo, como não podia deixar de ser, a protestar publicamente, no início de 1935, contra o projecto de lei da Assembleia Nacional que proibia as associações secretas.

A par de um tão intenso empenhamento na vida interna da Maçonaria Portuguesa, não deixou de se envolver politicamente na luta contra a Ditadura e o Estado Novo, presidindo à Aliança Republicano-Socialista (1931) e sendo vítima da repressão estatal. Durante a revolta da Madeira, iniciada em 4 de Abril de 1931⁷ e logo propagada aos Açores, foi detido no Hospital Militar da Estrela, desde 10 de Abril até meados de Maio. Não voltará a ser preso, mas a sua acção ficará sob vigilância e a sua carreira profissional afectada: em 1935 é obrigado a abandonar o Instituto Superior Técnico, passando à situação de reforma no Exército e ligando-se, para sobreviver à actividade empresarial.

Alternando a residência entre os arredores de Lisboa e Ponte de Lima, o general Norton de Matos dedicou os seus últimos dez anos de vida ao estudo de matérias técnico-científicas, nomeadamente a Fotogrametria, e político-coloniais, preparando para a História um conjunto de trabalhos, em que avultam as referidas *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, *África Nossa* e *A Nação Una*, além de um considerável acervo de artigos para a imprensa (colabora, desde 29 de Maio de 1931, n' *O Primeiro de Janeiro*) e de textos avulsos, nomeadamente a série (iné dita) do *Diário* ou *Memórias e Diário*, onde continuou a registar a sua impressão sobre os acontecimentos nacionais e internacionais (TORGAL; SILVA, 1996: 99-138).

Apesar da idade, o oposicionista Norton de Matos não se esquivou aos apelos para um regresso à política activa, assumindo em 1943 a presidência do Movimento de Unidade Anti-Fascista (MUNAF) e da Junta

⁷ Para a história desta revolta política veja-se, por exemplo, VARÃO, 1932. Citámos o exemplar existente na Biblioteca de Norton de Matos (Ponte de Lima) e que tem a seguinte dedicatória: "Ao Ex.^{mo} Sr. General Norton de Matos, ilustre republicano e estadista, homenagem do subordinado e amigo // António Fernandes Varão // Cabo Verde, S. Vicente // 16 de Setembro de 1933". Ver também FARINHA, 1998: 145-171.

Consultiva do Movimento de Unidade Democrática (MUD) e aceitando, por fim, candidatar-se à Presidência da República sem ter conseguido ir, porém, até ao fim — até às urnas (SILVA, 2001).

Saiu, de facto, frustrado do confronto ilusório e desigual com Salazar e com o Marechal Óscar Fragoso Carmona, mas prosseguiu disponível para arvorar o seu pensamento político e a sua acentuada divergência com os comunistas, ao mesmo tempo que, em nome do reforço da sua profissão de fé cristã e livre pensadora, *sinceramente anti-papista e anti-católico-riomano*, teve ocasião de vincar um indelével anti-capitalismo. Chegou mesmo a escrever a este propósito que o capitalismo era um *verdadeiro cancro social*, pior que o comunismo: *Os comunistas, desde que deixem de ser ateus e que fujam do capitalismo de Estado serão recebidos pela Europa cristã de braços abertos*.

Aos 86 anos de idade, mais precisamente em Agosto de 1953, profere, em Aveiro, uma conferência pública por ocasião da campanha eleitoral para deputados. Dois anos depois, falece em Ponte de Lima. Naquela que seria a sua última aparição pública, num apelo à sociedade, exprime o que foi o seu ideário político e a sua mentalidade cívica:

...e o meu primeiro apelo será para que se combata o comunismo. Quando foi da minha Candidatura e nos últimos tempos dela, quando indeciso, estava pensando os motivos de uma desistência ou de uma ida às urnas, alguém me perguntou o que faria eu no caso de ser eleito, em relação aos comunistas. Respondi que diligenciaria levar o Executivo a fazer-lhes a maior das oposições: — na Metrópole sem quaisquer violências, mas pela maior propaganda e a melhor organizada possível, ainda que para isso tivesse o Estado de gastar avultada quantia: no Ultramar por meio de uma lei que não permitisse que qualquer comunista se conservasse naquela parte dos territórios portugueses e que fossem mandados todos eles regressar à Metrópole para ouvirem a propaganda que contra eles estavam fazendo os brancos metropolitanos e para publicamente dizerem de sua razão. De modo algum, se pode consentir a propaganda comunista feita a pretos de civilização primitiva, que em consequência dela serão levados a uma única conclusão — a da necessidade de eliminar todos os brancos (MATOS, 1953b: 14-15).

REFERÊNCIAS

- BENDER, Gerald, 1980 — *Angola sob o domínio português: mito e realidade*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- BRANDÃO, Zeferino, 1907 — *Glorias militares portuguesas*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- CAETANO, Marcelo, 1971 — *História breve das constituições portuguesas*. Lisboa, Editorial Verbo.
- CASIMIRO, Augusto, 1958 — *Angola e o futuro: (alguns problemas fundamentais)*. Lisboa: Livrolândia.
- COUCEIRO, Henrique Paiva, 1910 — *Angola (Dous annos de Governo Junho 1907-Junho 1909). Historia e commentarios*. Lisboa, Editora A Nacional.
- DURÃES, António, 1976 — *Angola e o general Norton de Matos. (Subsídios para a história e para uma biografia)*. Melgaço, Edição do Autor.
- FARINHA, Luís, 1998 — *O Revirralho: revoltas republicanas contra a ditadura e o estado novo, 1926-1940*. Lisboa: Editorial Estampa.
- FERREIRA, José Medeiros, 1992 — *Portugal na Conferência da Paz. Paris, 1919*. Lisboa, Quetzal Editores.
- GUIMARÃES, Ângela, 1984 — *Uma Corrente do colonialismo português. A Sociedade de Geografia de Lisboa, 1875-1895*, Lisboa, Livros Horizonte.
- LEAL, Francisco Cunha, 1930 — *Subsídios para o estudo do problema do crédito em Angola*. Lisboa, Edição do Autor.
- LEAL, Francisco Cunha, 1930 — *Oliveira Salazar, Filomeno da Câmara e o império colonial português*. Lisboa.
- LEAL, Francisco Cunha, 1930 — *A Obra intangível do dr. Oliveira Salazar*, Lisboa, Edição do Autor, 1930.
- LEROY-BEAULIEU, Paul, 1902 — *La Colonisation chez les peuples modernes*. Paris, Guillaumin & C^{ie}.
- LUCAS, Maria Manuela, 1992 — A Ideia colonial em Portugal (1875-1914), *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 14.
- MANCHUELLE, François, 1988 — Origines républicaines de la politique d'expansion coloniale de Jules Ferry (1838-1865)", *Revue Française d'Histoire d'Outre-Mer*, Paris, 75 (279), p. 185-206
- MARQUES, A. H. de Oliveira, 1986 — *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*. Lisboa: Editorial Delta, 2 vols.
- MARTINÓ, António Miguel, 2002 — *João de Azevedo Coutinho: marinheiro e soldado de Portugal*. Lisboa: Edições Colibri.
- MARTINS, Francisco Rocha, 1933 — *História das Colónias Portuguesas. Obra patriótica sob o patrocínio do "Diário de Notícias"*, Lisboa, Diário de Notícias.

- MASCARENHAS, Renato F. Antunes, 1970 — *Norton de Matos: Alto Comissário e Governador-Geral de Angola. Dissertação de licenciatura apresentada ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina*. Lisboa: Universidade Técnica.
- MATOS, Norton de, 1926 — *A Província de Angola*. Porto: Edição do Autor.
- MATOS, Norton de, 1944-45 — *Memórias e trabalhos da minha vida*, 4 vols. Lisboa: Editora Marítimo Colonial Lda.
- MATOS, Norton, 1948 — *Angola. Ensaio sobre a vida e acção de Paiva Couceiro em Angola que se publica ao reeditar-se o seu relatório de Governo. Edição comemorativa do terceiro centenário da restauração de Angola*, Lisboa, Edições Gama.
- MATOS, Norton de, 1953a — *África nossa: o que queremos e o que não queremos nas nossas terras de África*. Porto: Edições Maranus.
- MATOS, Norton de, 1953b — *Conferência*. Aveiro: Edição dos Candidatos Democratas por Aveiro.
- MATOS, Norton, 1953c — *A Nação Una. Organização política e administrativa dos territórios do ultramar português. Com um prefácio do Prof. Egas Moniz*. Lisboa, Paulino Ferreira, Filhos, Lda.
- MATOS, Rita Mendes Norton de, 1953 — *A Família Norton de Mattos*. Ponte de Lima: Edição da Autora.
- MEDINA, João (apresentação), 1986 — *Portugal na Grande Guerra. "Guerristas" e "Antiguerristas". Estudos e documentos*. Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa/Instituto Nacional de Investigação Científica.
- NORTON, José, 2002 — *Norton de Matos: biografia*. Lisboa: Bertrand Editora.
- PÉLISSIER, René, 1987 — *História de Moçambique. Formação e oposição*, vol. 1, Lisboa, Editorial Estampa.
- REUILLARD, Michel, 1993 — *Saint-Simonisme et colonisation. La politique indigène du gouverneur Guillain en Nouvelle-Calédonie (1862-1870)*. *Revue Française d'Histoire d'Outre-mer. Explorations, colonisations, indépendances*, Paris, 80 (301) 4º trim.
- SILVA, Armando Malheiro da; GARCIA, José Luís Lima, 1995 — *Norton de Matos e a oposição à política colonial de Salazar*. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 17, 349-404.
- SILVA, Armando Barreiros Malheiro da, 1997 — *Sidónio e sidonismo. História e mito. Dissertação de Doutoramento em História Contemporânea de Portugal*. Braga: Universidade do Minho, 2 vols.
- SILVA, Armando B. Malheiro da, 2001 — *Para a História da Oposição ao Estado Novo: a candidatura à Presidência da república do general Norton de Matos e o Boletim Eleições Livres no distrito de Braga (1949)*. *Bracara Augusta*, Braga, 50 (no prelo).

- SOARES, Mário, 1971 — Constituição de 1911. In Joel Serrão (dir.) — *Dicionário de História de Portugal*, vol. 1, Lisboa, Iniciativas Editoriais, p. 682.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, 1990 — *O Ultimatum inglês. Política externa e política interna no Portugal de 1890*, Lisboa, Alfa.
- TORGAL, Luís Reis e SILVA, Armando Malheiro da, 1996 — Norton de Matos e a Alemanha na II Guerra Mundial. Impressões de um diário. In *Portugal. Alemanha. África. Do Colonialismo imperial ao colonialismo político. Actas do IV Encontro Luso-Alemão, Lisboa 1995*. Lisboa: Edições Colibri.
- TORRES, Adelino, 1991 — *O Império português entre o real e o imaginário*. Lisboa: Escher.
- VARÃO, António Fernandes, 1932 — *Infantaria 13 no movimento político da Madeira de 4 de Abril de 1931. (Palavras dum vencido)*. Faro de Vigo.